



PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL: A DIFÍCIL TAREFA DA SISTEMATIZAÇÃO E DA INTERDISCIPLINARIDADE

Zara Faria Sobrinha Guimarães - UnB

zara@unb.br

Wildson Luiz Pereira dos Santos - UnB

wildson@unb.br

Patrícia Fernandes Lootens Machado - UnB

plootens@unb.br

Joice de Aguiar Baptista - UnB

joice@unb.br

Resumo

O trabalho apresenta dados quanti e qualitativos de estudos exploratórios desenvolvidos em escolas da rede pública do Distrito Federal em relação a projetos de educação ambiental (EA). Objetivou identificar a sistematização, a continuidade e o caráter interdisciplinar dos projetos de EA desenvolvidos nas escolas, além de caracterizar e compreender as dificuldades e limitações na condução dos mesmos. Os resultados apresentam indicadores de que a maioria dos projetos investigados é desenvolvida de maneira isolada, com pouca sistematização e com envolvimento de poucos professores. Assim, a investigação sinalizou para a necessidade de as escolas se reorganizarem de forma a permitir uma dinâmica de trabalho em que os professores foquem seus olhares especializados às dimensões de um projeto ambiental, a fim de promoverem a colaboração do grupo docente na perspectiva interdisciplinar.

Palavras-chave: projeto de educação ambiental, interdisciplinaridade na educação ambiental.

Abstract

The work presents quantitative and qualitative data of exploratory studies conducted on public schools of the Distrito Federal in projects of environmental education (EA). Aimed to identify a systematic, interdisciplinary character and the continuity of projects and develop schools as well as characterize and understand the difficulties and limitations in conducting them. The results show that most indicators of the projects investigated is developed in an isolated manner, with little systematic and with little involvement of teachers. Thus, the research indicated the need to reorganize the schools is to enable a dynamic at work in which teachers focus their eyes to the size of a specialized environmental project to promote the help of the faculty in interdisciplinary perspective.

Keywords: design of environmental education, interdisciplinary environmental education.

INTRODUÇÃO

Embora o processo ambiental educativo não tenha se originado na escola, a crise ambiental planetária se viu refletida nela e, a partir da década de 1970, mesmo que de modo incipiente, escolas brasileiras passaram a desenvolver ações ambientais educativas que pleiteavam como forma de mitigação a proteção integral do ambiente.

Documentos oficiais passaram a recomendar a educação ambiental (EA) em todos os níveis de ensino na intenção de formar sujeitos capacitados para o enfrentamento das questões ambientais. (e.g. BRASIL, 1988; 1997; 1999; 2002).

Nesse sentido, a escola passou a ser considerada como importante aliada para a execução de atividades ambientais educativas, sendo considerada desde um local de “treinamento em proteção ambiental” (LEFF 2001, p. 205) até um espaço de instrução na busca de um “comportamento responsável com a natureza para a resolução de problemas ambientais.” (HUNDT, 1966 *apud* LEFF, 2001, p. 205).

Sendo assim, por mais que se reconheça o papel amestrador exercido pela escola, quando esta reproduz valores e regras universais, acredita-se que a mesma tenha se tornado uma via privilegiada para formação de relações sociais mais livres, igualitárias e fraternas (GUIMARÃES, 1999). Dessa forma, atividades ambientais educativas escolarizadas, embora consideradas incipientes, apresentaram-se como *locus* importante de contribuição à causa ambiental.

No entanto, a visão globalizante e complexa necessária a EA, ao ser incorporada pela escola, teria que perpassar por diversos componentes curriculares de maneira contínua não devendo estar contida em uma única disciplina. Ocorre, contudo, que na prática, o que se tem constatado é que, em geral, a EA escolarizada tem se processado “de modo pontual (datas ecológicas, palestras etc.), de forma fragmentada, conteudista, com pequeno envolvimento comunitário.” (GUERRA; GUIMARÃES, 2007, p. 158). Em outras palavras, o que se tem observado é que, a escolarização da vertente ambiental vem seguindo caminhos incertos de atividades pontuais que nem sempre são sistematizadas ou comprometidas com a modificação do meio.

Isso tudo contrasta com o que dispõe o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394 de 1996. Esse artigo expressa que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Dessa forma, coloca como responsabilidade da escola que, a partir de seu contexto, poderá decidir o que será focado como objeto da disciplina de Parte Diversificada (PD).

Nem todas as escolas possuem uma visão globalizadora sobre a comunidade. A maioria das instituições de ensino, no momento de realizar a distribuição das disciplinas, deixa a PD para os professores que estão sem encargos didáticos ou para aqueles com carga horária incompleta, ou ainda, para professores que apresentam proposta educativa a ser desenvolvida na escola. Esses professores, em sua maioria, escolhem propostas ambientais educativas pensando serem essas mais fáceis de trabalhar.

Muitas vezes, é no escopo dessa parte diversificada que projetos de EA têm sido desenvolvidos. Assumido que um professor apresente um projeto de educação ambiental, que por natureza será interdisciplinar, este será um especialista em determinada área e, desta forma, sentirá a necessidade de apoio e parceria com outras áreas, o que raramente ocorre.

Nesse sentido, cotidianamente a questão ambiental vem sendo tratada por meio de abordagens generalistas ou por temáticas frequentemente descontextualizadas da realidade local, culminando em atividades, na maioria das vezes, de cunho naturalista, ou seja, semelhante a sua gênese no ambiente escolar. Ressalta-se, ainda, que em razão da escola estar estruturada para a manutenção e reprodução de uma cultura exploratória, torna-se paradoxal o processo ambiental educativo escolarizado, em virtude de sua busca para formação de uma sociedade-cidadã com atitudes menos impactantes.

Buscando minimizar os efeitos da fragmentação do conhecimento imposto pela organização curricular da escola e fomentar, na comunidade escolar, a postura crítica em relação aos princípios de uso da natureza pela humanidade, ações e projetos interdisciplinares passaram a ter um papel relevante para a compreensão da questão socioambiental. Esses projetos com ações interdisciplinares teriam como propósito propiciar um maior envolvimento e cooperação entre as comunidades intra e extraescolares conforme tem sido recomendado por vários autores. (e.g. JAPIASSU, 1976; GUIMARAES, 2004; LOUREIRO, 2006; CARVALHO, 2008).

Uma pesquisa realizada sobre o que as escolas públicas brasileiras de ensino fundamental fazem sobre o tema (VEIGA, 2005,) revelou uma acelerada expansão de acesso à EA em um curto espaço de tempo, evidenciando os projetos interdisciplinares como uma das modalidades mais importantes para a inserção da EA na escola.

Diante disso, surge à questão sobre até que ponto tais projetos, tão difundidos na escola, estão avançando rumo a uma visão integradora e na transformação de valores e atitudes ambientais para comportamentos ambientalmente responsáveis. Portanto, torna-se fundamental o desenvolvimento de pesquisas que identifiquem como estão se inserindo os projetos de EA nas escolas. Entender a forma que a EA acontece nesse ambiente, seguramente, possibilita a compreensão de como o saber ambiental é construído no ensino formal bem como seus impactos e aplicações na realidade vivida por alunos, professores e comunidade.

Nesse contexto, a presente pesquisa está inserida em uma investigação mais ampla que vem sendo desenvolvida na Universidade de Brasília, centrada na análise de projetos de EA, objetivando identificar a sistematização, a continuidade e o caráter interdisciplinar dos mesmos e compreender as dificuldades e limitações na condução deles. O trabalho ora proposto apresenta dados de um dos estudos que foi desenvolvido com o objetivo de caracterizar, a partir dos estudos exploratórios, projetos de EA em escolas do Distrito Federal durante o ano de 2008. A análise dos dados buscou identificar dificuldades e limitações do desenvolvimento de projetos em escolas públicas, a fim de promover ações para avançar a EA em seu sentido mais ampliado, planejando caminhos conjuntos que promovam a transformação de projetos, na maioria das vezes, individuais em atividades institucionais e coletivas.

PROJETOS DE EA EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Na opinião de Lima (1984), quando a escola incorporou a questão ambiental passou a desempenhar papéis paradoxais, pois, além de ter que ajustar o indivíduo à

sociedade, teve também que instrumentalizá-lo para sua crítica. O ato de acolher essa vertente da educação exigiu da escola profundos ajustes voltados à incorporação de metodologias diferenciadas em seu fazer educativo. Isso implicou que tais ações não fossem meramente prescritivas, indicando o que fazer para preservar o ambiente, mas, sobretudo, gerar ações de reflexão sobre as forças ideológicas presentes na sociedade, veiculadas pelo processo educativo tradicional.

Destaca-se, dessa forma, que a EA no âmbito escolar, engloba desde ações restritas ao que Grün (1996) assinalou como *naturalistas*, quando envolvem apenas aspectos biológicos; como também ações *realistas ou emancipadoras* quando apresentam não somente o propósito de conduzir mudanças de atitudes e valores, mas também incorporam componentes sociais, políticos e econômicos transformadores, propiciando ações contextualizadas à realidade nas quais as escolas estão inseridas.

O caráter transformador/emancipador da EA, apesar de ter sido identificado por diversos autores (e.g. CARVALHO, 2004; GUIMARÃES, 2004; LAYRARGUES, 2002; SAUVÉ, 2005), pouco tem logrado na busca de um novo modelo de sociedade, no qual a questão ambiental seja vista de forma comprometida com a emancipação e equidade social. Nessa vertente, a EA representa a contraposição ao modelo fragmentado e dominante da sociedade atual e a separação entre ela e natureza.

Entretanto, na prática, o processo ambiental educativo, que deveria ser emancipatório em essência, tem cedido lugar a um fazer pedagógico prescritivo, comportamental e individual classificado por Lima (2002) como conservador ou comportamentalista, que pouco tem refletido a respeito das contradições sociais existentes. Deve-se considerar, no entanto, conforme afirmou Medina (2000), que não se pode negar a importância de ações de EA conservadora na escola, pois, mesmo que não sejam suficientes, são consideradas necessárias, para a busca de conhecimentos e valores capazes de propiciar a reestruturação social.

Ressalta-se, contudo, que para atender a tal propósito, a forma como o ensino escolar está organizado, em planejamentos pedagógicos hierarquizados, imóveis e desvinculados da realidade social terá que adequar-se para alcançar seu objetivo transformador. Dessa forma, seriam necessárias mudanças na instituição escolar para que se possam minimizar os efeitos causados pela fragmentação do saber e pela falta de integração entre os diferentes saberes científicos considerados importantes para a compreensão da questão ambiental.

Vários autores (JAPIASSU, 1976; LUCK, 1994; FAZENDA, 1996; BIANCHETTI; JANTSCH, 2000), na busca da superação de tal fragmentação, sugerem a abordagem interdisciplinar da EA para que possa engajar a escola e a sociedade em trabalhos conjuntos. Tavares (1996) defende que a interdisciplinaridade deva ser compreendida como sugere María de los Dolores: “desprovendo-se do conceito absoluto da palavra *disciplina* e resgatando o conceito da palavra *inter*.” Ainda na opinião de Tavares (1996): “(...) não há interdisciplinaridade se não há intenção consciente, clara e objetiva por parte daqueles que a praticam. Não havendo intenção de um projeto, podemos até dialogar, interrelacionar e integrar sem, no entanto, estarmos trabalhando interdisciplinarmente.” (TAVARES, 1996, p. 34).

Considera-se, contudo, que a abordagem ambiental educativa na escola não pode ser reduzida a apenas tal prática pedagógica, devendo ser entendida principalmente como “o produto do diálogo permanente entre concepções sobre o conhecimento, a aprendizagem, o ensino, a sociedade e o ambiente.” (JACOBI, 2004, p. 33). Leff (2007) complementa essa análise sinalizando para o perigo da interdisciplinaridade quando

proclamada como método ou prática de produção de conhecimentos na busca da integração operativa e da resolução de problemas complexos da questão ambiental. O referido autor preocupa-se quando isso ocorre sem que se expressem consistentemente os interesses de grupos em conflito ou que se tente neutralizá-los de maneira a não reconhecer e integralizar as vertentes políticas, sociais e econômicas às suas ações. Para Leff (2007) as experiências interdisciplinares apesar de mostrarem benefícios, podem ocultar dificuldades de diálogo entre especialistas, professores, áreas, entre outros, dando-lhes caráter superficial e, conseqüentemente, conservador.

Reconhece-se, no entanto, que o trabalho interdisciplinar na escola se dá, em sua maioria, por meio de projetos que não seguem a caracterização de Rios (1992) como planejamentos gerais, coletivos e participantes, que possam atender necessidades concretas da escola. Tais projetos deveriam de alguma forma, envolver não só a comunidade intra como a extraescolar atendendo ao que Veiga (2005, p 21) chamou de “uma das funções escolares de criação de canais de comunicação com a população para incrementar a discussão e reflexão sobre o papel dos cidadãos em relação ao ambiente”.

Muito embora se concorde que os projetos de EA nas escolas sejam concebidos por uma abordagem genérica e de forma desvinculada de seus projetos educativos (BRASIL, 2002), percebe-se que as questões ambientais propiciam maior envolvimento escolar. Tal fato pode propiciar uma visão mais complexa da realidade, oportunizando ações dirigidas “para além das salas de aula”. (GUIMARÃES 2004, p. 32).

Diante do exposto, entende-se que projetos interdisciplinares desenvolvidos nas escolas devam ser partícipes na construção social de conhecimentos para uma EA, que atenda, não somente, a formação de um sujeito reintegrado à natureza, mas de uma sociedade que, emancipada, seja capaz de decidir e de participar de forma crítica e igualitária de sua realidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As instituições públicas de ensino do Distrito Federal se encontram vinculadas pedagógica e administrativamente a quatorze Diretorias Regionais de Ensino (DREs) nas quais estão distribuídas 620 instituições (533 urbanas e 87 rurais).

Buscando conhecimento a respeito dos projetos de EA nas escolas do Distrito Federal, o grupo de pesquisadores realizou duas investigações exploratórias: a primeira junto aos professores cadastrados no *Catálogo da Rede de Educadores Ambientais do Distrito Federal – Redea* e a segunda junto aos projetos desenvolvidos nas escolas vinculadas à duas DREs.

O catálogo da Redea foi distribuído em 2007 pela Escola da Natureza, instituição vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Tal instituição fornece cursos de formação continuada para educadores ambientais que atuam em escolas da Rede Pública de Ensino do DF. Nesses cursos são desenvolvidas atividades de orientação sobre a elaboração de projetos de EA.

Durante os meses de abril e maio de 2008, pelos endereços virtuais contidos no catálogo referido acima, três comunicações eletrônicas foram encaminhadas aos professores da Rede Pública de Ensino. A primeira tratava-se de uma apresentação da proposta de trabalho e uma proposição de colaboração. Para aqueles professores que responderam ao primeiro contato, foi enviada a segunda mensagem, solicitando que completassem um quadro de informações com o nome da escola, o título do projeto de

EA que desenvolviam, o nome do coordenador do projeto e um meio de contato com o mesmo, além dos nomes dos professores participantes. No terceiro contato foram solicitadas informações sobre os objetivos e as ações ambientais desenvolvidas na escola durante o ano letivo de 2007.

A partir dos dados coletados nas comunicações virtuais, foram selecionados professores que responderam a todas as comunicações e que afirmaram participação em projetos de EA nas escolas que lecionavam. Passou-se então para segunda fase de investigação, que iniciou suas atividades em duas regiões administrativas do Distrito Federal.

Duas DREs foram selecionadas pelo grupo de pesquisa e os critérios de seleção pautaram-se em: maior número de professores inscritos na Redea; existência de projetos que buscavam coordenar ações ambientais educativas e manifestação de interesse de participação na proposta de investigação. As DREs selecionadas localizam-se em cidades-satélites do Distrito Federal e aqui serão denominadas DRE-1 e DRE-2.

Antes do encontro com os docentes, foram feitas quatro reuniões com os coordenadores do Núcleo de Monitoramento Pedagógico das duas DREs que, em conjunto com os pesquisadores, agendaram os encontros com os professores participantes de seus núcleos.

Os convites para as reuniões foram feitos por meio de mensagem virtual e documento oficial aos representantes da Escola da Natureza e a todos os professores das duas regionais selecionadas que desenvolveram em 2007 ou que pretendiam desenvolver, durante o ano de 2008, projetos de EA nas escolas que lecionavam.

No decorrer da investigação, os professores da DRE-1 participaram de cinco reuniões juntamente com o grupo de pesquisa, com a Coordenadora do Núcleo de Monitoramento de Ensino e dois membros da Escola da Natureza. Os docentes da DRE-2 participaram de apenas uma reunião, sendo adotada outra abordagem de ação em virtude de suas ausências na primeira reunião conjunta.

Nas reuniões os professores fizeram relato oral de como era o projeto de EA desenvolvido em sua escola e anotaram em questionário pontos positivos e negativos que enfrentavam no projeto. Como desdobramento da primeira reunião da DRE-1 foi feito um encontro de orientação sobre como elaborar projeto de EA, tendo sido solicitado aos professores que encaminhassem os seus projetos na plataforma *moodle* que foi criada pelo grupo de pesquisa.

Os comentários e manifestações dos docentes foram anotados em caderno de campo e os textos por eles produzidos foram separados por categorias de abordagens similares. Salienta-se que os dados percentuais obtidos contemplam mais que uma resposta dada. A análise dos resultados foi desenvolvida a partir das informações fornecidas nas mensagens eletrônicas e nas reuniões com os professores.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Projetos de EA inscritos na Rede de Educadores Ambientais do DF

Das 137 mensagens eletrônicas enviadas aos professores cujos nomes estavam no Catálogo da Rede de Educadores Ambientais como agentes em projetos de EA nas escolas, dez foram encaminhadas para docentes que desenvolviam projetos em Centros de Educação (CED); 24 em Centros de Ensino Médio (CEM); 95 para professores de

Centros de Ensino Fundamental (CEF); seis para Diretorias Regionais de Ensino e dois para de Centros de Ensino Especial (CEE).

Do total de correspondências enviadas, vinte e três (23) voltaram após a terceira tentativa de reenvio. Dos 114 professores que receberam as correspondências, 79 docentes não responderam a nenhuma das mensagens; 23 responderam a apenas duas mensagens, mesmo após o terceiro reencaminhamento, e, apenas 12 professores responderam a todos os contatos estabelecidos conforme evidenciado na tabela 1.

Tabela 1 - Quantitativos dos dados obtidos na investigação da Redea-DF.

Instituição de Ensino	Instituições cadastradas	Professores contatados	Professores que responderam a mensagem	Projetos com indicadores de que envolvem a escola
Centro de Educação (CED)	5	10	—	—
Centro de Ensino Fundamental (CEF)	55	95	7	1
Centro de Ensino Médio (CEM)	14	24	2	1
Diretorias Regionais de Ensino (DRE)	5	6	2	Não se Aplica
Centro de Ensino Especial (CEE)	1	2	1	—
Total	80	137	12	2

Comparando as informações sobre os projetos que constavam no catálogo durante o ano de 2007 com aqueles elencados pelos 12 professores nas comunicações virtuais em 2008, verificou-se que da amostra, cinco docentes relataram não desenvolver mais o projeto contido no catálogo. Dentre estes cinco, três afirmaram ter deixado a sala de aula para ocupação de outros cargos pedagógicos, um aposentou-se e um se encontrava sob licença por motivo de saúde.

Quatro professores relataram que, apesar de continuarem ministrando aulas na mesma escola, passaram a desenvolver atividades de um novo projeto de EA e apenas um dos docentes continuou as ações propostas no projeto contido no catálogo do ano anterior. Dois professores relataram desenvolver projeto de educação ambiental sem nominá-los, impossibilitando, dessa forma, a comparação dos dados.

Observa-se que só se conseguiu resposta conclusiva de um único professor que continuava a desenvolver o mesmo projeto do catálogo da Redea-DF. O baixo número de resposta dos professores às diversas tentativas pode ser atribuído a diversos fatores, mas, muito provavelmente, a grande maioria pode não ter respondido devido a descontinuidade do projeto.

Outro dado para se refletir foi a pequena quantidade de projetos que apresentavam informações que permitissem identificá-los como sendo um trabalho coletivo, isto é, que envolvessem outros professores ou atores da comunidade escolar. Em síntese, as respostas obtidas evidenciaram que a maioria dos projetos cadastrados na Redea-DF é trabalho isolado de professores e não parecem ter continuidade ao longo dos anos.

Projetos de EA das escolas das duas DRE investigadas

Os temas abordados nos projetos das escolas participantes das duas DREs elencados pelos professores estão categorizados na tabela 2.

Tabela 2- Quantitativo dos projetos por temas e nível de ensino das escolas participantes.

Tema da atividade ambiental	Nível de escolarização		Total
	Fundamental	Médio	
Cultivo de plantas (paisagismo e medicinal)	7	2	9
Resíduos (Compostagem, reciclagem, coleta seletiva)	2	1	3
EA (sem especificação)	2	—	2
Ambiente e valores	1	1	2
Ecocidadania	1	—	1
Minhocário	—	1	1
Educação Ambiental e saúde	1	—	1
Total	14	5	19

Chama a atenção o fato de a maioria dos projetos está concentrada em escolas do ensino fundamental (74%) e de haver uma predominância de temas relativos ao plantio de mudas e ao destino de resíduos sólidos. Isto evidencia uma visão restrita á concepção de EA em uma perspectiva mais naturalista de conservação do ambiente. Essa hipótese se fortalece à medida que se constata, na tabela acima, que em apenas três temas há menção ao cidadão ou a sua formação integral.

Acredita-se que os temas ambientais escolhidos pelas escolas sirvam como ‘pano de fundo’ para o desenvolvimento de ações reais que estimulem a ação ambiental educativa. Entendemos que projetos de EA independentemente de serem considerados mais, ou menos, estimuladores devem propiciar a agregação de um maior número de ações interdisciplinares na escola contribuindo, dessa forma, para um maior envolvimento da comunidade intra e extraescolar. Nessa perspectiva estão sendo ampliadas nossas ações investigativas, acompanhando alguns projetos para entender como, na prática, os mesmos têm alcançado os objetivos mais amplos da EA.

A seguir são apresentados dados mais específicos de cada DRE.

Ações junto à Diretoria Regional de Ensino 1

Na primeira reunião na DRE-1 estiveram presentes, além dos professores pesquisadores, da coordenadora do Núcleo de Monitoramento Pedagógico da DRE-1 e de duas representantes da Escola da Natureza, 15 professores de 12 instituições de ensino diferentes. Desses, 12 professores ministravam aulas no Ensino Fundamental, um no Ensino Especial e dois professores no Ensino Médio.

Foi solicitado a cada professor presente que completasse um quadro com informações sobre seu nome, o nome da escola em que leciona e se desenvolve atividades ambientais educativas, o título e a duração do projeto desenvolvido na escola. Três professores relataram não saber o nome dos projetos que envolviam o assunto

ambiental em sua escola. Foi elencado pelos docentes presentes um total de 15 projetos de EA.

Dos projetos enumerados pelos professores, evidenciou-se que em três escolas estavam sendo desenvolvidos dois projetos de EA distintos concomitantemente. Em outras duas, observou-se a existência de três projetos diferentes. O desenvolvimento de um único projeto de EA foi observado em outras três instituições de ensino.

Pelos dados coletados, fica evidente que as atividades ambientais educativas são fragmentadas em vários projetos de iniciativa de cada professor individualmente, não havendo, assim, uma integração com os demais professores. A ponto de se perceber que numa mesma escola coexistam duas ou mais ações ambientais educativas, que poderiam ser desenvolvidas em conjunto.

Nas reuniões seguintes a média de participação ficou reduzida a 13 docentes, os quais socializaram suas experiências voltadas para viabilização da inserção das atividades ambientais educativas nas escolas. Os participantes elencaram, sob forma de pequenos textos, pontos positivos e negativos das atividades que desenvolviam, bem como a indicação de prováveis parceiros para o desenvolvimento das ações pretendidas em atividades futuras.

Dentre os pontos positivos apontados nos textos dos professores destacam-se: a melhora do ambiente escolar (24,4%); a vontade e interesse dos alunos em participar de projetos na escola (23,5%); a troca de experiências e a existência de espaço físico na escola (18%); a associação entre EA e o conteúdo das disciplinas que ministram (6%); e a possibilidade de aproximação da escola com comunidade (6%).

Como pontos negativos ou que geram dificuldades na execução dos projetos de EA nas escolas, merecem destaque: a falta de cooperação dos colegas e diretores (25%); a carência de material de trabalho (25%); a ausência de apoio financeiro para execução dos projetos (14%); a pouca valorização profissional (10,3%); a não sistematização dos projetos (10,3%); a deficiência de integração entre colegas de trabalho (7%); a ausência de formação específica (3%); a falta de educação dos alunos (3%) e a inconstância das ações ambientais educativas (3%).

Ficou evidente pelas apresentações dos professores que os projetos de EA que desenvolvem nas escolas apresentam muitos pontos negativos. Apesar disso, os docentes não se sentem desmotivados para continuar o trabalho. Chama nossa atenção a principal motivação dos projetos ser a melhoria do ambiente escolar. Considerando a precariedade física em que se encontra a maioria das escolas pública, entende-se que provavelmente os projetos venham a atender mais a necessidade de consolidação de espaço adequado para as atividades educacionais do que razões mais amplas e profundas de comprometimento com todo o ambiente do planeta. No entanto, não se pode deixar de considerar que um ambiente de trabalho bem cuidado pode refletir na vida dos indivíduos envolvidos.

Percebe-se ainda que as maiores dificuldades apontadas pelos professores estão na ausência de apoio da direção da escola e na falta de suporte financeiro e de recursos materiais. A não participação da direção da escola foi objeto inclusive de comentários dos professores e evidencia que os projetos são frutos de iniciativas isoladas de alguns docentes, que, por sua vez, encontram dificuldades de envolver a comunidade escolar, tornando-se, na maioria das vezes, uma atividade pedagógica isolada.

Quando os professores responderam sobre “como envolver o projeto de EA ao projeto político pedagógico da escola”, obteve-se, dentre outras respostas: “é preciso contextualizar todas as ações”; “é processo como o brotar de uma semente”; “tudo

depende da motivação dos idealizadores do projeto”. Nota-se que em nenhuma das respostas obtidas houve proposição de ações efetivas para fazê-lo, evidenciando-se, dessa forma, que as respostas dadas pelos professores pertenciam a manifestações do ideal. Assim, ações reais de incorporação da atividade ambiental educativa no projeto político pedagógico escolar não haviam sido projetadas nessas atividades, parecendo existir, por partes de alguns professores, certa resistência em inserir seus projetos de EA nos projetos políticos pedagógicos escolares. Isso pode ter sido motivado pela descrença no apoio dos demais colegas e do corpo diretor da instituição.

A situação percebida nos leva a acreditar que os projetos de EA desenvolvidos, muito provavelmente, tenderão a continuar de maneira isolada do contexto educacional escolarizado. Tal fato sinalizou aos pesquisadores a necessidade de auxílio, objetivando programar ações conjuntas para a promoção de medidas mais integradoras da educação ambiental nas escolas.

Quando questionados se os projetos desenvolvidos por eles nas escolas estavam formalmente escritos e entregues às coordenações/direções das escolas obteve-se resposta afirmativa por apenas dois professores. Detectando a falta de sistematização de tais projetos, o grupo de pesquisadores propôs, durante a terceira reunião, a criação de um espaço virtual na Plataforma *moodle* da Universidade de Brasília (UnB). Por meio dessa plataforma, os participantes puderam contar com uma rede virtual de comunicação para dirimir suas dúvidas, discutir implantação das atividades, socializar experiências, descobrir parceiros, compartilhar textos entre outros.

Para auxiliá-los na sistematização de seus projetos, elaborou-se e foi apresentado um modelo de projeto baseado no já utilizado pela Escola da Natureza, o qual fora disponibilizado na Plataforma *moodle*. Em razão da dificuldade encontrada pelos professores na utilização da ferramenta virtual, foi realizada, no quarto encontro, uma apresentação (*tour*) da plataforma *moodle* e iniciou-se o cadastramento dos professores neste ambiente virtual. Informações detalhadas sobre elaboração de projeto foram passadas aos professores.

Uma vez cadastrados todos os docentes, foi solicitado a cada professor-participante que inscrevessem seus projetos (em desenvolvimento ou a desenvolver) de acordo com o modelo sugerido e os inserissem na plataforma. Esta ação objetivou conhecer, apoiar e intervir nos projetos desenvolvidos nas escolas por meio de supervisão e orientação virtual.

Durante o período proposto para tal atividade apenas dois projetos foram inseridos na plataforma e as considerações e ajustamentos sugeridos pelos pesquisadores foram encaminhados aos professores pela rede virtual, para conhecimento e eventuais adequações. Esse pequeno retorno e envolvimento dos professores demonstram, de certa forma, a dificuldade dos mesmos em sistematizar suas ações. A percepção de nosso grupo de pesquisa sinalizava a necessidade de um processo de avaliação das ações desenvolvidas como forma de eventual readequação das atividades em curso, indicando que a sistematização dos projetos poderia contribuir sobremaneira para minimizá-las.

Ações junto à Diretoria Regional de Ensino 2

A reunião na DRE2 contou com a presença de cinco docentes, quatro professores pesquisadores e duas educadoras ambientais da Escola da Natureza. Nela os

professores relataram desenvolver atividades ambientais educativas em cinco escolas de ensino fundamental e em uma escola de ensino médio.

Dada a dificuldade encontrada para se agendar a reunião e a pequena mobilização encontrada dos professores dessa DRE, não houve continuidade nas reuniões. O que se pode desenvolver foi a seleção dentre os projetos relatados pelos professores presentes no primeiro encontro de uma escola para ser acompanhada por bolsista de extensão. A escola selecionada foi a que apresentou maiores evidências de ter um envolvimento da comunidade escolar.

Duas das professoras pesquisadoras fizeram uma visita a esta escola para estabelecer contato com a direção e os professores, oportunizando suporte pedagógico ao projeto. A aluna de graduação esteve sistematicamente na escola durante os meses de setembro a dezembro. O que se pode observar pelas informações coletadas pela bolsista foi que os projetos de EA daquela escola foram idealizados em parceria com a direção da escola, mas, ainda não estavam sistematizados. Algumas atividades propostas anteriormente foram interrompidas e outras estavam somente no plano das idéias.

Em síntese, os dados obtidos junto a escola da DRE2, que mais evidências apresentou de desenvolvimento de projeto de EA, demonstram a dificuldade da realização de projetos de EA por toda a escola, mesmo quando são apoiados pela sua direção. Comparando com os dados obtidos na DRE1, parece que o desenvolvimento de projetos de EA depende muito mais do engajamento dos professores, do que de iniciativa isolada da direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações exploratórias desenvolvidas sinalizam o caráter de isolamento das ações ambientais educativas desenvolvidas nas escolas pesquisadas que, apesar de terem professores imbuídos na causa ambiental, têm dificuldade em sistematizar suas atividades, de envolver toda a escola e dar continuidade as mesmas.

Como característica evidente dessa não sistematização, tem-se a fugacidade das atividades ambientais educativas que, em sua maioria, são restritas e pontuais e, dessa forma, a EA escolarizada funciona dentro de uma perspectiva de *eterno recomeço*.

Os resultados da investigação ainda nos fazem defender os projetos interdisciplinares como propostas importantes para a busca de um maior envolvimento da comunidade escolar em todos os seus segmentos. No entanto, a falta de sua sistematização e de sua inserção na proposta política pedagógica das escolas os caracteriza como atividades individuais e descontextualizadas da realidade que fazem parte.

Ressalta-se que muitos professores desenvolvem na escola suas atribuições disciplinares e resistem às alterações sugeridas pelos documentos orientadores para a perspectiva interdisciplinar, continuando com programas estanques, enrijecidos, sem disposição de tempo para contribuir com o professor a quem coube o desenvolvimento dos projetos ambientais. Tal situação pode explicar as lamentações sobre a falta de apoio dos colegas e da administração escolar, a pouca valorização profissional, o que acaba por culminar no esvaziamento de um enfoque que poderia ser bem mais abrangente e profícuo.

Isso posto, evidencia-se que, enquanto as escolas não se reorganizarem, de forma a permitir uma dinâmica de trabalho que possibilite aos professores, ainda que,

com seus olhares especializados, o vislumbamento de uma perspectiva interdisciplinar, provavelmente as complexas dimensões de um projeto ambiental, ficarão mantidas no plano do discurso.

Contudo, deve-se destacar o grau de envolvimento que move os professores em seus relatos de atividades, demonstrando a carga emocional que projetos de EA podem suscitar, mobilizando professores a persistirem com tais ações apesar de toda a adversidade. Nesse sentido, entendemos que nossas ações devem continuar promovendo parcerias que dêem suporte a esses professores, possibilitando a constituição de espaços sociais capazes de favorecer a formação e transformação de sujeitos dentro de uma atuação mais crítica no meio que o cerca.

Agradecimentos

Este trabalho teve apoio material e financeiro da **FAPDF / CNPq**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[HTTP://www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)> Acesso em 20 fev. 2009.

_____. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>> Acesso em: 03 fev. 2009.

_____. *Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999*. Brasília: Senado Federal, 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 03 fev. 2009.

_____. *Decreto Lei n.º 4281 de 25 de junho de 2002*. Publicado no DOU de 26/06/2002. Disponível em: <www.ibama.gov.br/> Acesso em: 03 fev. 2009.

BIANCHETTI, L.; JANTSCH, A. P. *Interdisciplinaridade e práxis pedagógica emancipadora*. Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/titosena/>> Acesso em: 03 de fev. 2009.

FAZENDA, I. C. A. (org). *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Cortez. 1996.

GUIMARAES, M. *Educação ambiental: no consenso um embate?* São Paulo: Papirus. 2004.

_____. *A dimensão ambiental na educação*. São Paulo: Papirus. 2007.

GUIMARAES, Z. F. S. *Educação Ambiental no Projeto de Assentamento Santo Idelfonso: uma experiência no Município de Novo São Joaquim, Mato Grosso*. 1999. 94p. Dissertação (Mestrado em Educação Pública) Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso.

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental a conexão necessária*. São Paulo: Papirus Ed. 1996.

JACOBI, P. Educação e meio ambiente – transformando as práticas. *Rev. Bras. de Educação Ambiental*. n 0 (nov.2004). Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes. 2001.

LIMA, M. J. A. *Ecologia humana: realidade e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LOUREIRO, C. F. Aspectos políticos e pedagógicos da educação ambiental no Brasil. In: *Sinais Sociais*, SESC, v1, n 2, 2006.

LUCK, H. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.

TAVARES, D. E. Aspectos da história deste livro. In: FAZENDA, I.C.A. *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Cortez. 1996.

VEIGA, A.; AMORIN, E.; BLANCO, M.. *Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.